

**ENQUADRANDO A MUDANÇA CLIMÁTICA:
um modelo de análise comparada dos sistemas de mídia
no Brasil e na China¹**
**FRAMING CLIMATE CHANGE: a comparative model of
analysis of media systems in Brazil and China**

Luodan Pan²
Arthur Ituassu³

Resumo: *Este estudo compara como a mídia da China e do Brasil cobriu a questão climática a partir de seis eventos nacionais relacionados com o tema. Com base na análise de enquadramento de 261 textos jornalísticos, o artigo examina como um issue global é recontextualizado em contextos institucionais distintos. Os resultados mostram que, embora ambos mobilizem temas comuns, suas narrativas seguem lógicas distintas. A mídia brasileira tende a inserir o clima em debates públicos com risco, controvérsia e responsabilização. A mídia chinesa enfatiza desempenho institucional, políticas públicas e compromisso internacional. Essas trajetórias refletem a influência das estruturas dos sistemas midiáticos, das culturas políticas e dos modelos de governança na comunicação climática. O estudo sugere que adotar uma questão global como âncora analítica oferece um quadro comparativo para examinar como sistemas midiáticos traduzem e reestruturam agendas internacionais sob diferentes condições institucionais.*

Palavras-Chave: *Mudança climática. Enquadramentos. Sistemas de mídia.*

Abstract: *This study compares how Chinese and Brazilian media covered the climate issue based on six national events related to the topic. Drawing on a framing analysis of 261 journalistic texts, the article examines how a global issue is recontextualized within distinct institutional settings. The findings show that although both countries mobilize common themes, their narratives follow different logics. Brazilian media tend to situate climate within public debates marked by risk, controversy, and accountability. Chinese media emphasize institutional performance, public policy, and international commitment. These two trajectories reflect the influence of media system structures, political cultures, and governance models on climate communication. The study suggests that adopting a global issue as an analytical anchor provides a comparative framework to examine how media systems translate and restructure international agendas under different institutional conditions.*

Keywords: *Climate change. Frames. Media Systems.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política no 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Mestre e Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCOM/PUC-Rio), e-mail: rodapan@gmail.com

³ Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCOM/PUC-Rio), e-mail: ituassu@puc-rio.br

1. Introdução

Desde o século XX, as mudanças climáticas deixaram de ser objeto restrito às ciências naturais para se tornarem questão pública inserida em estruturas sociais, econômicas e políticas (Rahman, 2013). Pesquisas iniciais concentraram-se na dinâmica física do clima, como a teoria do efeito estufa (Dessler, 2011), mas o avanço das evidências sobre impactos no desenvolvimento, na matriz energética e na governança transformou o tema em arena de disputas políticas e controvérsias ideológicas (Boykoff; Goodman; Curtis, 2010). Quando o conhecimento científico se articula a decisões públicas, ele passa a ser interpretado em contextos sociais específicos, gerando divergências sobre urgência e formas de ação.

Apesar do consenso científico relativamente consolidado, a governança climática global enfrenta lentidão na implementação, assimetrias na execução e disputas políticas (Victor, 2011). Mecanismos multilaterais ampliam participação, mas seu caráter flexível produz lacunas entre compromissos e ações. Nesse contexto, o clima articula-se a modelos de desenvolvimento, estruturas de poder e questões de responsabilidade (Dessler, 2011), tornando sua comunicação pública um campo de disputa.

China e Brasil oferecem contraste relevante para analisar como um mesmo *issue* global é tratado sob condições institucionais distintas. Ambos os países participam de mecanismos multilaterais e reivindicam posições comuns entre aqueles em desenvolvimento, mas diferem quanto ao sistema político, continuidade de políticas, matriz energética e riscos ecológicos. A questão central é: em que medida as diferenças de tratamento refletem estruturas institucionais e culturais mais profundas?

Esta pesquisa analisa, de forma comparada, a cobertura midiática sobre o tema da mudança climática na China e no Brasil, examinando processos de recontextualização de um tema global em contextos nacionais. Como um tema central do século XXI, o clima é simultaneamente problema ambiental e fenômeno público mediado, influenciando percepções de risco e atitudes políticas, ao mesmo tempo em que expressa posicionamentos nacionais na governança global (Bull, 2024; Loose; Carvalho, 2023).

O desenho comparado baseia-se em seis eventos nacionais (discursos de líderes, políticas estatais e eventos socioambientais) abordados por meio da análise de enquadramento, com base em enquadramentos genéricos e específicos e tonalidade. O corpus, coletado via Google News e Baidu News, inclui 261 reportagens. A comparação permite identificar padrões de

enquadramento e mecanismos de contextualização de um tema global sob diferentes estruturas midiáticas.

Nesse sentido, o artigo organiza-se da seguinte forma: a próxima seção revisa a literatura sobre enquadramento climático. A seguinte apresenta os sistemas midiáticos da China e do Brasil. Em seguida, este artigo detalha os objetivos da pesquisa e a metodologia. A quinta seção expõe os resultados e a abordagem comparada. Por fim, a conclusão sintetiza achados e contribuições. Ao ver dos autores, a principal contribuição do artigo reside na proposição de uma abordagem comparada centrada em temas globais. Argumenta-se aqui que diferenças de cobertura não decorrem apenas de escolhas editoriais, mas de ecossistemas midiáticos, estruturas políticas e arranjos de governança. Ao tomar um *issue* global compartilhado como ponto de referência, o estudo oferece um modelo analítico replicável para pesquisas comparadas sobre sistemas de mídia em diferentes contextos nacionais.

2. Enquadramento midiático e comunicação das mudanças climáticas

As mudanças climáticas tornaram-se um dos *issues* públicos globais mais relevantes e controversos da contemporaneidade. A compreensão pública do tema não deriva diretamente do conhecimento científico, mas é construída em grande medida pela mídia e o jornalismo. Além de envolver fatos científicos complexos, o tema articula desenvolvimento econômico, disputas políticas, riscos sociais e responsabilidades morais, tornando-se um *issue* mediado. Ao definir problemas, atribuir causas e propor soluções, a mídia influencia percepções de risco, atitudes políticas e mobilização social (Scheufele, 1999). A comunicação climática deve ser entendida como processo de construção de sentido, e não mera transmissão de informação.

Uma aplicação clássica da teoria do enquadramento nos estudos sobre clima está na distinção e no uso dos termos “climate change” e “global warming”. Esses dois termos não são simples sinônimos em diferentes contextos políticos e sociais, mas carregam tonalidades emocionais, significados políticos e orientações de ação distintas (Leiserowitz et al., 2014). Pesquisas demonstram que “global warming” tende a ser percebido como uma expressão mais catastrófica e emocionalmente intensa, enquanto “climate change” é frequentemente interpretado como uma formulação mais neutra e técnica; essa diferença tem sido utilizada de maneira consciente por atores políticos no discurso público (Soutter; Möttus, 2020). No nível do público, a preferência por determinados termos também se relaciona a posicionamentos políticos, orientações ideológicas e ambientes midiáticos, evidenciando o papel central do

enquadramento na definição do problema e na construção da controvérsia (Benjamin; Por; Budescu, 2017). Esse campo de pesquisa demonstra que escolhas linguísticas aparentemente sutis podem, ao longo do tempo, moldar estruturas cognitivas e imaginários políticos distintos.

Seguindo a teoria, o enquadramento se constitui de um mecanismo central para interpretar realidades sociais complexas. Os indivíduos não recebem informações de forma passiva, mas as interpretam a partir de esquemas prévios (Entman; Matthes; Pellicano, 2009; Goffman, 1974). Ao enfatizar certos elementos e atenuar outros, a mídia organiza acontecimentos em narrativas com significado específico (Gamson; Modigliani, 1987; Vreese, 2005). Diferentemente da agenda-setting ou da persuasão, o enfoque está em como a informação é posicionada cognitivamente (Scheufele; Iyengar, 2014). Essa abordagem é particularmente adequada para analisar *issues* distantes da experiência cotidiana, mas com impacto político e social, como as mudanças climáticas.

No contexto de ambientes digitais e do aumento da polarização política, os estudos sobre enquadramento climático enfrentam novas complexidades. Pesquisadores argumentam que o espaço público contemporâneo passa por processos de fragmentação, emocionalização e circulação seletiva de informações (Bennett; Pfetsch, 2018). Fenômenos como filtragem informacional, efeitos de câmara de eco, mobilização emocional, polarização assimétrica (Bennett; Livingston, 2025) fazem com que os efeitos de enquadramento deixem de ser lineares ou universais, tornando-se dependentes do contexto e de variáveis moderadoras. A literatura destaca o papel do conhecimento político, das reações emocionais, dos contextos culturais e das estruturas de plataforma como fatores que condicionam os efeitos dos enquadramentos (Lecheler; De Vreese, 2018). No caso da comunicação climática, narrativas emocionais, percepção de risco e ressonância cultural assumem papel particularmente relevante (Evangelista; Garcia, 2024; Liu, 2022), reforçando a necessidade de se analisar os mecanismos de enquadramento em casos concretos e em contextos nacionais específicos.

Nos últimos anos, os estudos sobre enquadramento climático expandiram-se significativamente, com predominância da análise de conteúdo. As pesquisas concentram-se em consenso científico, incerteza, impactos econômicos, conflitos políticos e responsabilidade moral (Badullovich; Grant; Colvin, 2020; Guenther et al., 2024; Schäfer; Painter, 2021). Persistem, contudo, lacunas relevantes: predominância de amostras europeias e norte-americanas; foco em eventos internacionais em detrimento de *issues* domésticos; e exploração ainda limitada do potencial integrador do enquadramento entre instituições, cultura e práticas

comunicacionais. Diante disso, torna-se necessário examinar como diferentes sistemas midiáticos reconstroem o *issue* climático global em seus contextos nacionais, contribuindo para uma abordagem comparada mais contextualizada (Leo *et al.*, 2019).

3. Sistemas midiáticos da China e do Brasil

Comparar os sistemas midiáticos da China e do Brasil é relevante para ampliar modelos de análise desenvolvidos majoritariamente a partir de experiências europeias e norte-americanas. Ao colocar dois países emergentes em perspectiva comparada, este estudo examina como diferentes condições institucionais e culturais moldam a construção midiática de *issues* globais como a mudança climática.

Apesar de ambos os países ocuparem posição central na agenda ambiental internacional, eles apresentam diferenças estruturais marcantes. Na China, o sistema político é centrado na liderança do Partido Comunista (Zhao, 2011), com governança verticalizada. No campo ambiental, tal arranjo tem sido descrito como “autoritarismo ambiental” pelos pesquisadores (Guo; Huang; Fang, 2023), no qual o Estado define prioridades e conduz estratégias. O sistema midiático, sob liderança do Partido-Estado, combina funções políticas e comerciais no contexto das reformas de mercado (Zhao; Guo, 2005). No Brasil, após a redemocratização, consolidou-se um presidencialismo multipartidário com elevada visibilidade midiática da disputa política (Albuquerque, 2011; Santos; Valenzuela, 2024). O sistema midiático é comercializado e concentrado em grandes grupos privados, especialmente na televisão, assumindo frequentemente papel de “Poder Moderador” no debate público (Albuquerque, 2005). Essa configuração cria bases distintas para o jornalismo climático.

Na China, o jornalismo ambiental integra a estratégia de governança ecológica do Partido-Estado (Chen; Zhao, 2022). Embora possa exercer supervisão limitada (Zhao, 2000), tende a reforçar coordenação central e estabilidade. A cobertura climática também opera como instrumento de comunicação externa, enfatizando desenvolvimento verde, inovação tecnológica e responsabilidade internacional (Lee, 2016).

No Brasil, o jornalismo ambiental é mais plural e tensionado politicamente. A mídia participa de disputas públicas e depende de agendas internacionais, sendo criticada por limitações de contextualização doméstica (Loose; Carvalho, 2023). ONGs e instituições acadêmicas influenciam a produção jornalística (Beling Loose, 2025), enquanto mídias

alternativas articulam clima, justiça social e ativismo (Loose; Carvalho, 2023). Essa dinâmica favorece maior conflito narrativo.

Sob tais condições, desenvolveram-se estilos distintos de representação climática. Na China, a narrativa evoluiu da ênfase em “baixo carbono” para foco em inovação tecnológica e desempenho institucional (Geall, 2018), com predominância de tonalidade neutra ou positiva (Li, 2025), centrada na implementação de políticas e governança de riscos (Liu, 2022). No Brasil, a narrativa tende a ser mais conflitiva e emocional (Evangelista; Garcia, 2024), recorrendo a enquadramentos como “crise climática” e “estado de emergência” (Loose; Carvalho, 2023). A estrutura comercial concentrada (Albuquerque, 2011) e a dinâmica das mídias sociais intensificam a polarização e a circulação de versões negacionistas (Ituassu; Guerrero, 2024; Tavares; Massuchin; Albuquerque, 2024).

Essas diferenças de propriedade, inserção política e regulação permitem que um mesmo *issue* global seja recontextualizado de formas distintas. O objetivo não é avaliar superioridade sistêmica, mas tratar tais diferenças como condições analíticas para compreender variações de enquadramento e tonalidade. Ao adotar um tema global compartilhado, propõe-se observar como lógicas sistêmicas se manifestam no conteúdo por meio da recontextualização, oferecendo uma via comparada complementar às tipologias tradicionais.

4. Objetivos, questões de pesquisa e metodologia

Este artigo analisa sistematicamente os enquadramentos e as características narrativas presentes na cobertura de eventos climáticos nacionais na China e no Brasil, buscando compreender os mecanismos de recontextualização de um tema global em sistemas midiáticos distintos.

O estudo orienta-se por quatro questões de pesquisa: Q1) Como os meios enquadram e constroem narrativas sobre eventos climáticos nacionais? Q2) Quais fatores podem explicar as diferenças observadas? Q3) Como essas diferenças revelam processos de recontextualização do tema global? E Q4) De que modo a comparação baseada em eventos contribui para compreender a lógica dos sistemas midiáticos?

Adota-se o estudo de casos combinado com análise qualitativa de conteúdo, em abordagem comparada centrada no tema da mudança climática e orientada pela teoria do enquadramento. Foram analisados seis eventos organizados em três eixos: 1) discursos de

líderes em arenas internacionais; 2) políticas e estratégias climáticas nacionais; e 3) eventos com impacto social.

A seleção seguiu três critérios: relevância nacional, ampla cobertura e atualidade temporal. No eixo social, foram analisadas as coberturas dos incêndios de setembro de 2024 (Brasil) e o lançamento do Relatório Verde (China). Não foi incluído um desastre climático chinês devido à baixa associação explícita entre desastres naturais e mudança climática na mídia dominante local, o que já indica diferença estrutural: no Brasil, desastres funcionam como gatilhos narrativos; na China, predominam textos institucionais e científicos.

O corpus foi obtido via Baidu News (China) e Google News (Brasil), abrangendo o dia anterior ao evento, o dia do evento e o período subsequente de cobertura. A busca combinou nome do evento com termos como “mudanças climáticas” ou “aquecimento global”, no idioma apropriado. Dos 602 links iniciais, após remoção de duplicações, verificação de formato e aplicação de critérios de exclusão, foi consolidada uma amostra final de 261 reportagens. Textos foram traduzidos automaticamente e revisados manualmente.

Aplicaram-se três critérios de exclusão: 1) ausência de relação direta com o evento ou transcrição integral sem edição jornalística; 2) ausência de enquadramento explícito do *issue* climático; e 3) reprodução idêntica de conteúdo.

Com base na literatura e nos contextos jornalísticos (eg., Loose; Carvalho, 2023; Zhao, 2011; Zhao; Guo, 2005), os veículos foram classificados por tipo de mídia. Na China, foram catalogados quatro tipos: a) mídia partidária (eg., People’s Daily, Xinhua, CCTV.com); b) mídia de massa (eg., Beijing News, Sohu, NetEase News); c) mídia institucional (eg., Governo da China, Administração Meteorológica); e d) outros. No Brasil, também foram catalogados quatro tipos: a) mídia especializada (eg., Um Só Planeta, ClimaInfo, O Eco); b) mídia comercial (eg., O Globo, Folha de S.Paulo, GZH, Gazeta do Povo); c) mídia institucional (eg., Agência Brasil, SEMIL, ABC); d) outros.

No nível analítico, adotaram-se enquadramentos específicos e genéricos. Com relação aos específicos, estes foram: a) Reportagem Transnacional/Reportagem Nacional; b) Científico; c) Impactos Ecológicos/Naturais; d) Progresso Social; e) Governança; d) Ação Climática; f) Relações Internacionais; g) Política Doméstica/Processos Regulatórios; h) Dinâmicas de Liderança; i) Economia; j) Energia; k) Ciência e Tecnologia e suas aplicações; e l) outros. Com relação aos genéricos, estes foram: a) Disputas de Poder; b) Perspectiva Humanizada; c) Consequências Econômicas; d) Dever Moral e Justiça Climática; e) Responsabilidade e

Accountability; e f) Desastre/Alarmismo. Todas as categorias baseiam-se em literatura consolidada (Guenther et al., 2024; Liu, 2022), ajustadas aos contextos nacionais.

Realizou-se também uma análise de tonalidade (positivo, neutro, crítico). Estudos indicam tendência mais construtiva na mídia chinesa (Geall, 2018; Hu; Ji, 2023; Li, 2025) e tradição mais conflitiva na mídia brasileira (Girardi et al., 2013; Lima, 2023). A comparação ocorreu em dois níveis: análise interna por eixo temático e comparação transversal entre eixos, permitindo identificar padrões estruturais além de descrições isoladas.

5. Resultados e análise comparativa dos seis casos

A análise comparada da cobertura dos seis casos, ao longo de três eixos temáticos, mostrou padrões recorrentes que vão além de cada evento. Para sintetizar essas tendências e facilitar a comparação transversal, apresentamos a seguir quatro gráficos com os principais resultados quantitativos (FIG. 1-4).

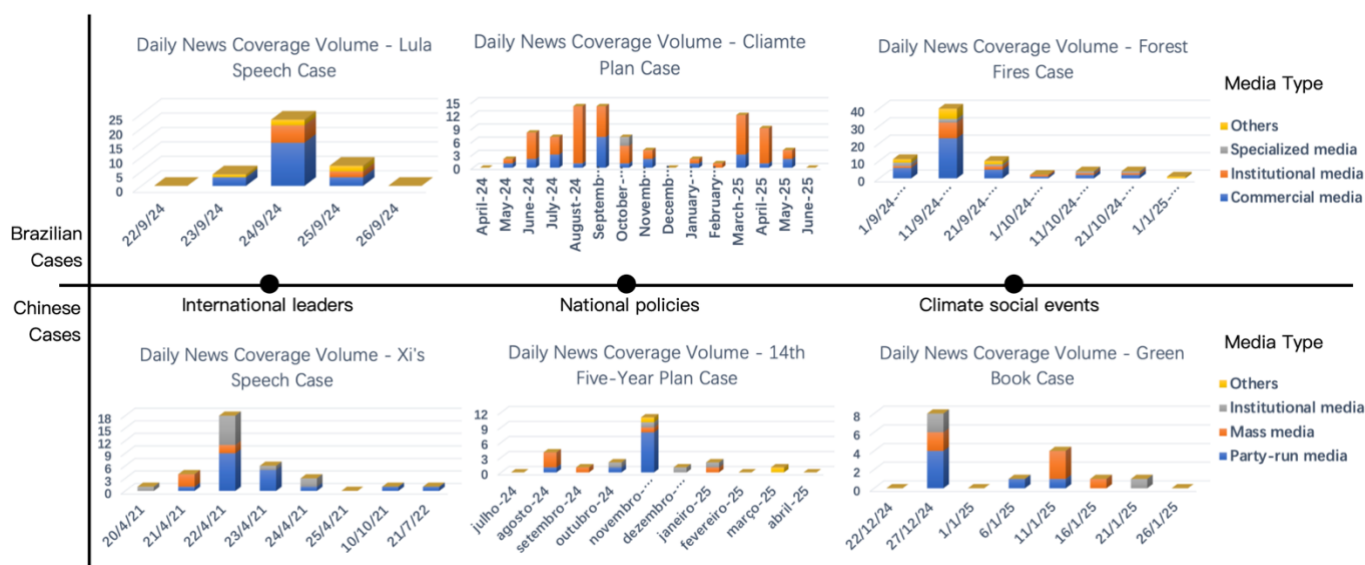


FIGURA 1 – Media Type Across Six Climate Events

FONTE – elaboração própria.

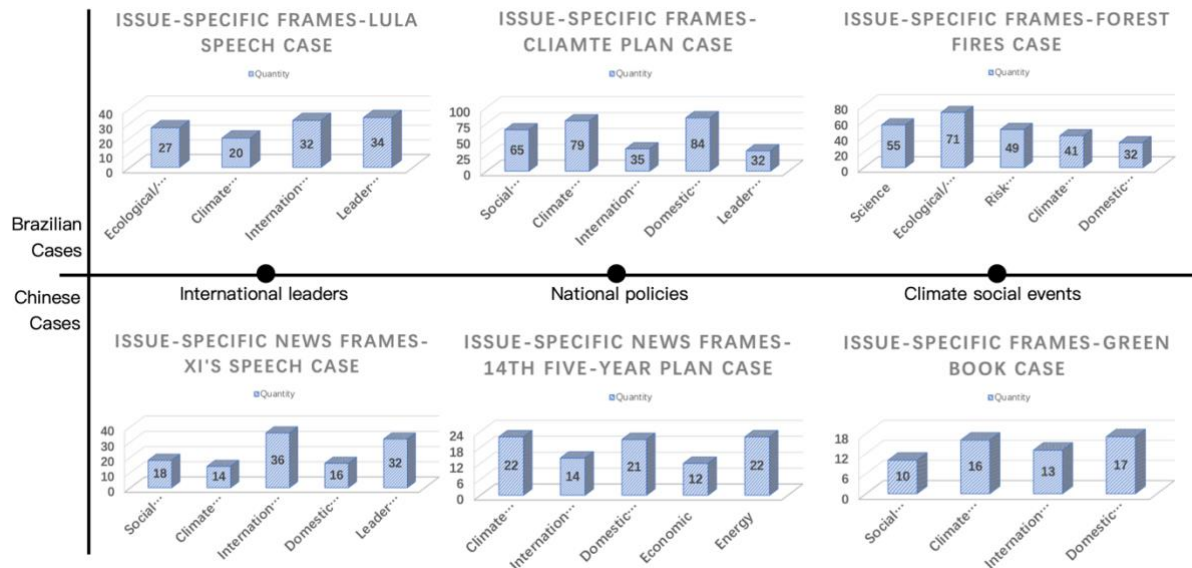


FIGURA 2 – The Most Frequently Used Issue-Specific Frames

FONTE – elaboração própria.

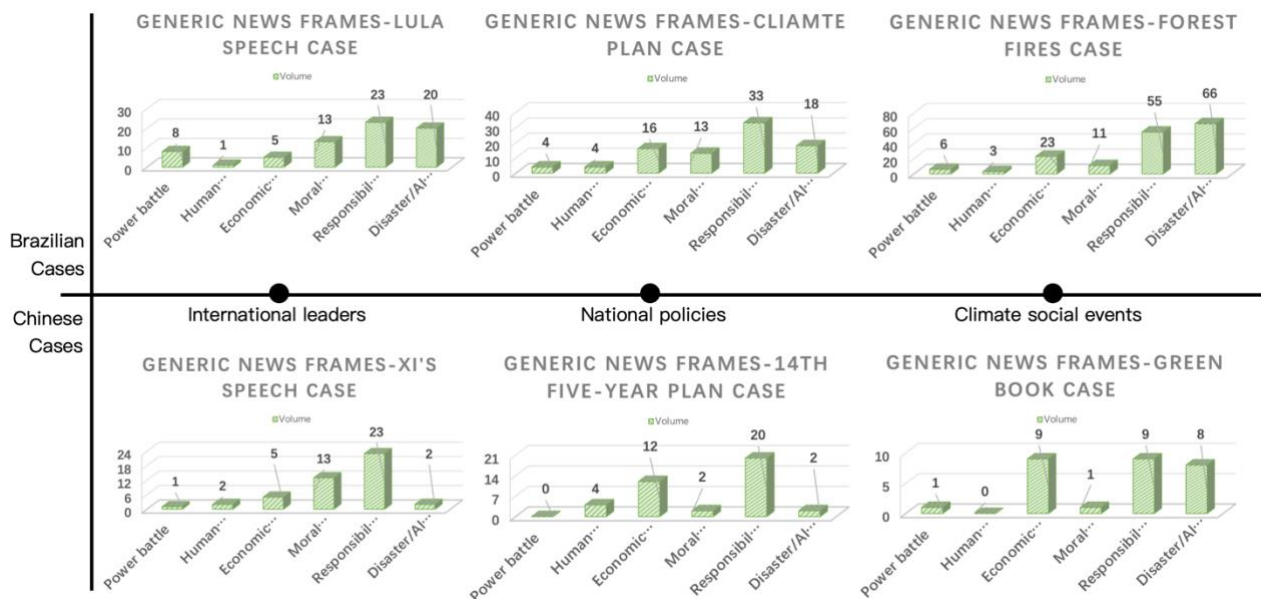


FIGURA 3 – Generic Frames Across Six Climate Events

FONTE – elaboração própria.

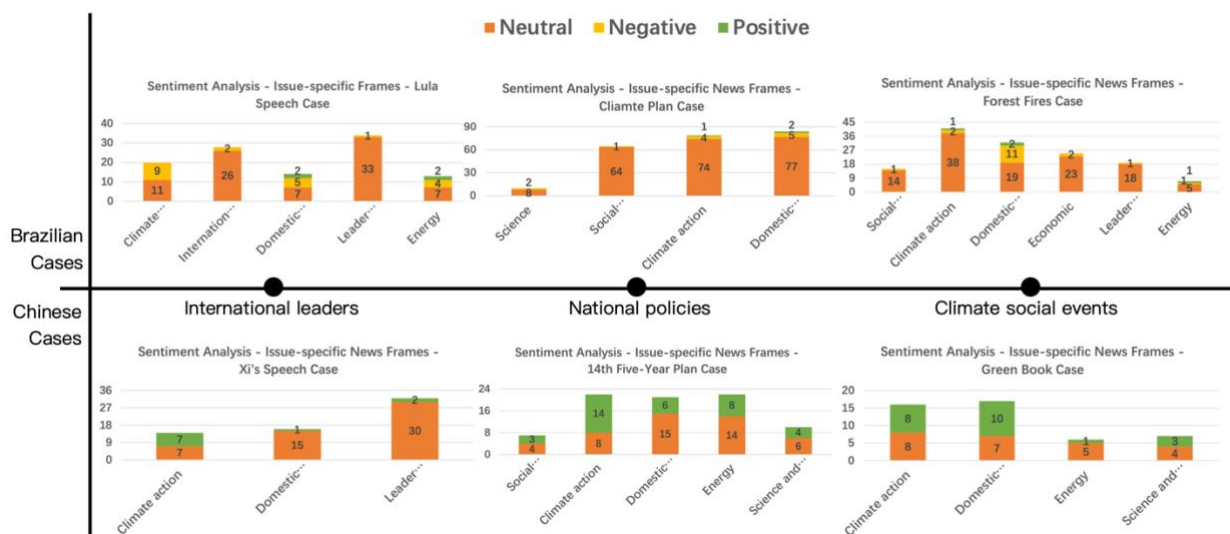


FIGURA 4 – Sentiment Analysis Across Six Climate Events

FONTE – elaboração própria.

5.1 Lideranças internacionais

Esta seção analisa o eixo “falas de lideranças em arenas multilaterais sobre clima”, comparando as coberturas no Brasil e na China.

5.1.1 Caso brasileiro: o discurso climático de Lula na Assembleia Geral da ONU (2024)

Em 24 de setembro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou na 79ª Assembleia Geral da ONU e colocou as mudanças climáticas no centro da agenda diplomática, articulando “emergência climática, multilateralismo, financiamento climático e proteção da Amazônia”. O discurso ocorreu após o Plano Clima e em meio aos incêndios, sendo lido como preparação para a COP30. Por isso, o caso é útil para observar como a mídia brasileira combina imagem nacional e justiça climática em um evento de palco internacional.

A cobertura teve ciclo curto e intenso: entre 23 e 25/9/2024, foram publicadas 34 matérias, com pico no dia do discurso e queda rápida em seguida (FIG. 1). A mídia comercial dominou e apresentou alta proporção de conteúdo original. Houve uso de recursos visuais: cerca de 65% incluíram imagens e 35% continham vídeo. Em discursos presidenciais internacionais, isso sugere valorização de cenas do evento e citações diretas para produzir autoridade e imediatismo.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), a estrutura foi concentrada e político-diplomática. Predominaram “Dinâmicas de Liderança” (34) e “Relações Internacionais” (32). Títulos e aberturas com fórmulas do tipo “Lula discursa...” reforçaram Lula como representante nacional e “porta-voz” da questão climática. Já “Impactos Ecológicos/Naturais” e “Ação Climática” apareceram, mas sem centralidade, indicando leitura do evento como afirmação diplomática, mais do que como execução de política ambiental.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), destacaram-se “Responsabilidade e Accountability” (23) e “Desastre/Alarmismo” (20). A cobertura acionou frequentemente ideias de justiça climática (por exemplo, “países desenvolvidos devem cumprir promessas de financiamento” e “responsabilidade comum”), ao mesmo tempo em que expressões como “emergência climática” reforçaram a urgência. A fala presidencial foi narrada como ponto de encontro entre posição nacional e ética da responsabilidade.

Quanto à tonalidade (FIG. 4), predominou o neutro, seguido do negativo; o positivo foi minoritário. A crítica concentrou-se quando os textos ativaram *frames* de governança e execução (“Ação Climática”, “Política Doméstica/Processos Regulatórios” e “Energia”), mas em relação à distância entre promessas e entrega de recursos, controvérsias na governança ambiental e inconsistências entre compromissos e políticas públicas. O positivo apareceu principalmente ao destacar renováveis e redução do desmatamento. No conjunto, a narrativa articulou diplomacia e responsabilidade com tensões domésticas.

5.1.2 Caso chinês: o discurso de Xi Jinping na Cúpula de Líderes sobre o Clima (2021)

Em 22 de abril de 2021, Xi Jinping participou por vídeo da “Cúpula de Líderes sobre o Clima”, convocada pelos EUA, no contexto do retorno norte-americano ao Acordo de Paris e da tentativa de recompor liderança climática. O evento ocorreu em um momento de tensão China–EUA, mas com espaço para cooperação na agenda climática. Xi reafirmou as metas de “duplo carbono” (pico antes de 2030; neutralidade antes de 2060) e usou expressões de princípio como “comunidade de vida entre humanidade e natureza”, “multilateralismo” e “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, além de mencionar controle do carvão e transição energética. O caso permite observar como a mídia chinesa constrói um papel nacional e uma legitimação da governança em diplomacia climática de alto nível.

Foram analisadas 32 reportagens. A circulação foi institucionalizada e concentrada: predominância de mídia partidária e institucional, com disseminação organizada a partir de

poucas fontes centrais (FIG. 1). A proporção entre conteúdos originais e reproduções foi, em termos gerais, equilibrada, mas as reproduções tiveram origem concentrada em plataformas oficiais. A cobertura teve “explosão” no momento da cúpula e arrefeceu rapidamente, sugerindo mobilização guiada por agenda.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), houve concentração: “Relações Internacionais” (36) e “Dinâmicas de Liderança” (32) dominaram. Os textos enfatizaram Acordo de Paris, cooperação multilateral e “duplo carbono”, a participação da China e seu posicionamento de princípio na governança climática global. Os textos foram construídos quase totalmente a partir de uma perspectiva narrativa doméstica, menções a avaliações de outros países foram raras, indicando dupla função: projeção externa de posição e construção interna de consenso, com baixa interação internacional.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), “Responsabilidade e Accountability” foi central (23). Expressões como “cumprir ativamente compromissos”, “contribuir para a humanidade” e “países desenvolvidos devem mostrar maior ambição” sustentaram uma sequência “princípio–responsabilidade–ação”, posicionando a China como grande país responsável e, ao mesmo tempo, reforçando expectativas sobre países desenvolvidos.

Na tonalidade (FIG. 4), combinam-se neutralidade funcional e positividade, com quase ausência de tom negativo. A neutralidade predominou nas declarações de princípio; a positividade intensificou-se ao destacar resultados e progresso de ações. O padrão indica comunicação afirmativa e controle de risco discursivo.

No eixo “lideranças internacionais”, ambos centralizaram “Relações Internacionais” e “Dinâmicas de Liderança”, com diferenças: no Brasil, predominou mídia comercial e tensão crítica; na China, mídia institucional concentrada e reforço positivo.

5.2 Políticas nacionais

Esta seção examina o eixo “políticas climáticas e marcos de planejamento”, comparando o Plano Clima (Brasil) e o cumprimento antecipado da meta de eólica e solar do 14º Plano Quinquenal (China). Analisa-se como anúncios de políticas e resultados acionam narrativas de governança, legitimidade institucional e responsabilidade internacional.

5.2.1 Caso brasileiro: Plano Clima (2023)

Em 20 de dezembro de 2023, o governo federal lançou a nova versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), coordenado pelo MMA, primeira revisão sistemática

desde 2009. Alinhado ao Acordo de Paris e às NDCs, o plano prevê reduzir emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035 (vs. 2005). Estrutura-se em mitigação e adaptação, com planos setoriais e mecanismos transversais (financiamento, governança, capacitação e transição justa). Além de instrumento doméstico, o Plano Clima operou como sinal diplomático de “retorno” após desgaste reputacional do governo anterior e como preparação discursiva para a COP30.

Foram incluídas 84 matérias. O ritmo foi orientado por ciclo de política pública: a atenção cresceu com marcos governamentais e voltou a se intensificar nas fases de consulta pública e participação social (FIG. 1), sugerindo acoplamento entre governança e agenda midiática. A mídia institucional representou 69% e liderou a difusão inicial; a mídia comercial atuou de forma complementar, com supervisão e questionamento. A cobertura se organizou como sequência (anúncio–mobilização–repercussão), e não como pico isolado. Isso indica que o evento foi tratado como um processo de governança, e não apenas como uma declaração pontual.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), predominaram “Política Doméstica/Processos Regulatórios” (84), “Ação Climática” (79) e “Progresso Social” (65). O Plano Clima foi enquadrado como reorganização institucional, plano de ação e narrativa de mobilização/progresso social. “Relações Internacionais”, “Dinâmicas de Liderança”, “Impactos Ecológicos/Naturais”, “Economia” e “Governança” apareceram de forma complementar. Embora o texto tivesse intenção de reputação internacional, a recontextualização foi majoritariamente doméstica, centrada na implementação.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), “Responsabilidade e Accountability” (33) foi dominante, seguido por “Desastre/Alarmismo” (18), “Consequências Econômicas” (16) e “Dever Moral e Justiça Climática” (13). O plano foi transformado em tema de governança pública, com responsabilidade, urgência, custos/oportunidades econômicos e demandas por justiça climática. Além disso, 23 textos governamentais tinham formato de comunicado administrativo, sem estrutura narrativa identificável e não foram classificados como enquadramentos genéricos.

Na tonalidade (FIG. 4), predominou o neutro; o negativo concentrou-se na mídia comercial e o positivo em plataformas governamentais. As críticas focaram viabilidade de implementação, participação pública e capacidade fiscal/institucional. O Plano Clima foi narrado como processo doméstico de execução, com crítica limitada, porém presente.

5.2.2 Caso chinês: cumprimento antecipado da meta de eólica e solar do 14º Plano Quinquenal (2024)

Em agosto de 2024, a China publicou o livro branco “A Transição Energética da China na Nova Era”, anunciando que a capacidade instalada de eólica e solar superou 1,2 bilhão de kW, cumprindo seis anos antes a meta intermediária do 14º Plano Quinquenal. O feito foi apresentado como evidência de expansão das renováveis e de capacidade de execução política, articulado às metas de “duplo carbono” (pico antes de 2030; neutralidade até 2060). Inserido no sistema nacional de planejamento, o 14º Plano Quinquenal colocou desenvolvimento verde e transição energética no centro da modernização. Por isso, o cumprimento antecipado funcionou também como narrativa de desempenho institucional e responsabilidade climática global, para além do dado energético.

Foram incluídas 22 matérias. A mídia partidária representou 45% e conduziu a narrativa; a mídia de massa e institucional atuaram na difusão e explicação técnica. O pico não coincidiu estritamente com o anúncio do dado e mostrou sobreposição com o evento COP29 (FIG. 1), sugerindo influência da agenda estatal e do contexto diplomático. Além disso, 11 textos idênticos foram excluídos, indicando concentração produtiva e uniformização discursiva.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), predominaram “Ação Climática” (22), “Energia” (22) e “Política Doméstica/Processos Regulatórios” (21), formando eixo “transição energética, execução política e ação estatal”. “Relações Internacionais” e “Economia” apareceram como apoio, conectando resultados domésticos a compromissos internacionais e desenvolvimento verde. “Dinâmicas de Liderança” e “Impactos Ecológicos/Naturais” tiveram baixa frequência, reforçando foco em resultados institucionais e reestruturação energética, e não em liderança pessoal ou resposta a riscos.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), “Responsabilidade e Accountability” apareceu 20 vezes e foi dominante, conectando o resultado à governança climática global (“cumprimento de compromissos internacionais”, “responsabilidade perante a humanidade”, etc.). “Consequências Econômicas” foi secundário, destacando cadeia industrial verde e potencial econômico. “Disputas de Poder” esteve ausente.

Na tonalidade (FIG. 4), não houve tom negativo nos principais enquadramentos: os textos foram neutros ou positivos, com destaque positivo em “Ação Climática” e “Energia”. Predominou uma lógica de legitimação institucional, com ausência de conflito.

No eixo “políticas e resultados”, ambos centralizaram “Política Doméstica/Processos Regulatórios” e “Ação Climática”, com mediações distintas: no Brasil, a política foi recontextualizada como execução doméstica e debate público; na China, como demonstração positiva de capacidade institucional e responsabilidade.

5.3 Construção social da questão climática

Esta seção aborda o eixo “questão climática em dimensão social”, comparando os incêndios de setembro de 2024 (Brasil) e o lançamento do Relatório Verde (China). Embora distintos, ambos mostram como o tema climático é rearticulado como risco social, narrativa institucional e sentido público.

5.3.1 Caso brasileiro: Incêndios florestais de setembro de 2024

Em setembro de 2024, incêndios em larga escala atingiram a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. Segundo o INPE, houve mais de 80 mil focos no mês, 30% acima da média histórica e mais de quatro vezes o que ocorreu em setembro de 2023; cerca de 60% concentraram-se na Amazônia, com área queimada superior a 300 mil km². Além das perdas ecológicas, foram registrados impactos sobre comunidades indígenas, agricultura, qualidade do ar urbano e credibilidade climática do país. Em preparação para a COP30 (2025), o episódio ganhou peso político-diplomático, e a mídia o conectou à “emergência climática”, enquadrando-o não só como desastre, mas como teste de governança, atribuição de responsabilidade e debate sobre imagem internacional.

Foram analisadas 72 matérias. A circulação teve predominância de mídia comercial e alto grau de originalidade: mais da metade veio de veículos comerciais; 97% foram conteúdos originais; a maioria foi multimodal. A cobertura se concentrou no pico do desastre (FIG. 1), configurando padrão de alta densidade orientado por evento natural, e não por marcos institucionais.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), destacaram-se “Impactos Ecológicos/Naturais”, “Científico”, “Governança” e “Ação Climática”, formando cadeia “desastre, evidência científica e resposta política”. Dados do INPE e pesquisas climáticas sustentaram legitimidade científica. Posteriormente, a discussão foi ampliada para capacidade de governança via risco e ação climática. “Política Doméstica/Processos Regulatórios” e “Economia” também apareceram com frequência. O tema “Saúde” surgiu 26 vezes em

“Outros”, indicando deslocamento do ambiental para questões de saúde pública e impactos sociais.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), houve duplo núcleo: “Desastre/Alarmismo” (66) e “Responsabilidade e Accountability” (55). O primeiro enfatizou escala, urgência e danos; o segundo atribuiu responsabilidades (governo federal, governos estaduais, setor agrícola e incêndios intencionais). A cobertura recorreu a especialistas e exemplos de políticas para questionar rapidez e preparo do governo, seguindo a sequência da crise ecológica à atribuição de responsabilidade, depois, para o teste de governança.

Na tonalidade (FIG. 4), o neutro predominou, mas o negativo concentrou-se em “Política Doméstica/Processos Regulatórios”, “Ação Climática” e “Economia”, com críticas a atrasos, falhas de fiscalização e insuficiência institucional. O positivo foi residual, ligado a operações de combate e apoio financeiro. A cobertura assumiu viés crítico e orientado por responsabilização.

5.3.2 Caso chinês: Lançamento do Relatório Verde sobre Mudança Climática (2024)

Em dezembro de 2024, o Laboratório Conjunto de Simulação sobre Mudança Climática da Academia Chinesa de Ciências Sociais e a Administração Meteorológica da China publicaram o Relatório Verde (2024). Diferente do “Relatório Azul” (monitoramento científico), o Verde tem perfil analítico e orientado a políticas, centrado no avanço do “duplo carbono”, experiências locais de governança e mudanças na governança climática internacional. Desde 2008, é anual e possui relevância institucional. A edição de 2024 destaca políticas para o pico de emissões no 14º Plano Quinquenal, pilotos regionais, ajuste da matriz energética e finanças verdes, além de cooperação Sul-Sul e do papel do Sul Global nas negociações. O relatório, porém, não foi disponibilizado gratuitamente online e circulou sobretudo por canais pagos (livrarias), sugerindo público institucional/especializado e evidenciando a tensão entre construção de consenso interno e mobilização pública ampla.

Foram incluídas 17 matérias (16 reproduções idênticas foram excluídas). A circulação foi baixa, concentrada e de “janela curta” (FIG. 1): pico logo após o lançamento e queda rápida. Predominou a mídia de massa, com participação coordenada da mídia partidária e institucional. O formato foi majoritariamente textual, com quase nenhum vídeo.

Nos enquadramentos específicos (FIG. 2), dominaram “Política Doméstica/Processos Regulatórios” (17), “Ação Climática” (16), “Relações Internacionais” (13) e “Progresso Social”

(10). “Científico”, “Economia”, “Energia” e “Ciência e Tecnologia e suas aplicações” apareceram em nível médio; “Impactos Ecológicos/Naturais”, “Governança” e “Dinâmicas de Liderança” tiveram baixa incidência. O evento foi construído como texto de execução estratégica e capacidade institucional, não como evento de risco.

Nos enquadramentos genéricos (FIG. 3), houve duplo núcleo: “Responsabilidade e Accountability” (9) e “Consequências Econômicas” (9). “Desastre/Alarmismo” apareceu 8 vezes para marcar urgência, enquanto “Disputas de Poder” esteve praticamente ausente. A narrativa privilegiou legitimação de responsabilidade e transição econômica, com baixa ênfase em controvérsia social.

A tonalidade foi predominantemente positiva (FIG. 4): nos *frames* centrais não houve tom negativo; prevaleceram neutro e positivo, sobretudo em “Política Doméstica/Processos Regulatórios” e “Ação Climática”. Destacaram-se eficácia de políticas e progresso institucional, com baixa problematização. A comunicação reforçou consenso institucional mais do que mobilização pública ampla.

No eixo “dimensão social”, o Brasil construiu a questão via desastre (risco, responsabilidade, accountability), enquanto a China a mediou por texto científico (estratégia, capacidade, construção institucional).

5.4 Discussão dos resultados

Esta seção retoma os seis casos para discutir as lógicas diferenciadas de enquadramento da questão climática na mídia chinesa e brasileira. O objetivo é evidenciar como essas diferenças expressam o posicionamento funcional dos sistemas de mídia. Isto é, como organizam atenção, narrativa e sentido, oferecendo base empírica para uma proposta comparada.

5.4.1 Comparando frames

Nos seis casos, a mídia brasileira opera com um ecossistema relativamente plural: mídia comercial, institucional e especializada coexistem e inserem o tema em cadeias narrativas simultâneas (impactos ecológicos, governança, riscos sociais e responsabilidade ética). No caso dos incêndios de 2024 e no Plano Clima, os enquadramentos “Desastre/Alarmismo” e “Responsabilidade e Accountability” aparecem articulados a “Impactos Ecológicos/Naturais”, “Governança” e “Política Doméstica/Processos Regulatórios”, configurando a mudança climática como *issue* pública marcada por crise e

responsabilização. A mídia comercial recorre com maior frequência à tonalidade crítica, tornando a avaliação da governança elemento central.

Na China, a estrutura é mais concentrada e institucionalmente orientada: a mídia partidária e institucional definem a agenda e sustentam cadeias narrativas estáveis. As reportagens enfatizam o cumprimento de metas políticas, a capacidade de execução institucional, os compromissos internacionais e a responsabilidade ética. Nos casos dos eventos diplomáticos e de política governamental, os enquadramentos “Responsabilidade e Accountability”, “Ação Climática” e “Política Doméstica/Processos Regulatórios” combinam-se recorrentemente a “Economia” e “Energia”, sob um padrão de neutralidade formalizada e de reforço positivo de construção de imagem. A questão climática é traduzida sobretudo como demonstração de capacidade estatal e legitimação institucional.

Há, contudo, convergências: ambos os casos relativos a eventos diplomáticos enfatizam liderança, compromissos internacionais e responsabilidade nacional nos dois países, e o enquadramento “Ação Climática” surge como consensual. A diferença está na abordagem: no Brasil, o internacional é reinscrito no doméstico via riscos locais, controvérsias e noções de *accountability*; na China, o global é incorporado à narrativa nacional de construção de imagem, responsabilidade e desempenho institucional. Assim, o local assume duas formas: uma centrada em risco social e participação pública; outra, em imagem nacional e responsabilidade ética.

5.4.2 Fatores por trás das diferenças

As diferenças observadas não resultam apenas de escolhas editoriais individuais, mas estão profundamente inseridas nas estruturas dos sistemas midiáticos. Primeiro, os tipos de mídia e suas relações moldam quem define a agenda. No Brasil, a mídia institucional dissemina informação procedimental, enquanto a mídia comercial mantém espaço para produção original e crítica supervisora. No caso do Plano Clima, isso favoreceu a coexistência entre uma narrativa de “credibilidade procedimental” e outra de “avaliação da executabilidade”. Na China, a estrutura é mais hierarquizada: a mídia partidária e institucional funciona como fontes centrais de autoridade, e a reprodução concentrada entre plataformas estabiliza a narrativa, tornando menos visível a formação de debate interno. Além disso, nos casos chineses, a alta reprodução de textos quase idênticos reforça a unificação da agenda e o controle tonal. Nos casos brasileiros, um maior reenquadramento preserva a diversidade interpretativa.

Em terceiro lugar, o tipo de evento e as necessidades comunicacionais do Estado interagem e produzem curvas de atenção distintas. No Brasil, a cobertura sobre o Plano Clima não se concentrou apenas no seu lançamento, mas intensificou-se em etapas do processo político e em mecanismos de consulta pública, indicando relação com as dinâmicas de governança e interação social. Na China, no caso da meta de renováveis, a cobertura se associou ao anúncio, mas ganhou intensidade em janelas diplomáticas (como COP29), impulsionada por veículos partidários e inserindo resultado doméstico como narrativa de capacidade nacional. A ativação de atenção tende a ser mais orientada por processos sociais no Brasil e mais orientada pelas políticas de construção de imagem nacional e internacional no caso chinês.

5.4.3 Temas dominantes

Apesar das diferenças estruturais, os seis casos compartilham enquadramentos recorrentes: “Ação Climática”, “Política Doméstica/Processos Regulatórios”, “Relações Internacionais” e “Responsabilidade e Accountability” aparecem com alta frequência em ambos os países. Isso sugere que, independentemente do contexto institucional, as mídias articulam a legitimidade da ação estatal, as questões de governança e noções de responsabilidade internacional.

Novamente, a diferença está na abordagem. No Brasil, o enquadramento “Responsabilidade e Accountability” frequentemente opera como porta de entrada para conflito, negociação e supervisão: ao mesmo tempo em que aciona justiça climática e responsabilidades do Norte Global, incorporando uma avaliação crítica da capacidade doméstica. Na China, os enquadramentos tendem a se organizar em uma cadeia mais estável de “desenvolvimento, governança, responsabilidade e contribuição”, com neutralidade formal e reforço positivo do desempenho institucional. Nesse arranjo, os temas funcionam mais como estrutura de sustentação da narrativa estatal do que como arena central de controvérsia.

Além disso, há preferências temáticas. No Brasil, questões de saúde, envolvendo grupos vulneráveis e de justiça ambiental emergem com mais facilidade (especialmente no caso dos incêndios), traduzindo desastre em risco social e crise de saúde pública. Na China, o progresso tecnológico, as metas e a capacidade institucional ganham centralidade. Mesmo na cobertura do Relatório Verde, a mídia chinesa enfatizou construção institucional e a eficácia de políticas, com baixa presença de tensão e ausência de tonalidade negativa. Em conjunto,

essas diferenças apontam não apenas variações de enquadramento, mas formas distintas de construção e desenvolvimento da questão climática: no Brasil, um campo narrativo plural orientado por risco e responsabilização; na China, um mecanismo narrativo coordenado, reforçando desempenho institucional e responsabilidade internacional.

5.4.4 Uma sugestão de modelo

Com relação às questões de pesquisa, podemos notar que, em respeito à Q1, os resultados mostram que, sob a mesma questão global, Brasil e China desenvolvem coberturas sobre a questão climática com combinações distintas de enquadramentos e tonalidade. No Brasil, enfatiza-se crise, risco e responsabilização. Na China, metas, execução e responsabilidade internacional. No que concerne à Q2, notamos que essas diferenças relacionam-se às estruturas dos sistemas midiáticos (composição de tipos de mídia, grau de autonomia editorial e culturas jornalística e política), que moldam padrões de agenda, reprodução e direção tonal. Sobre Q3, percebemos que, em ambos os países, a questão global é recontextualizada, mas por vias distintas: no Brasil, o global é trazido ao doméstico por meio de riscos e disputas políticas; na China, é incorporado à narrativa nacional de capacidade, compromisso e construção da imagem.

Em respeito à Q4, este estudo propõe uma ponte analítica: usar uma questão global como âncora de uma análise comparada e o evento nacional como janela empírica para observar como estruturas institucionais se manifestam no conteúdo midiático. Mantendo constante o tema, diferentes tipos de evento ativam rotinas, hierarquias e dispositivos de contextualização específicos, tornando visíveis inclinações estruturais, como padrões de agenda, reprodução e tonalidade.

A comparação China-Brasil é particularmente pertinente porque ambos são atores centrais na governança climática global, mas diferem significativamente em sistema político e estrutura midiática. Além disso, comparações sistemáticas entre os dois países na comunicação climática ainda são escassas. Com base nesses achados, propõe-se aqui um modelo comparado cujo núcleo é a combinação “questão global + evento nacional”, articulando-se dois eixos: 1) estrutura do sistema midiático; 2) dispositivos de contextualização, i.e., formas pelas quais a mídia insere a questão global no contexto doméstico, revelando mecanismos de recontextualização. Assim, o desenho “questão global/evento nacional/enquadramentos” não

apenas explica as diferenças entre coberturas jornalísticas na China e no Brasil, mas oferece um caminho operacional para estudos comparados dos próprios sistemas de mídia em questão.

6. Conclusão

Este estudo adotou a questão da mudança climática como ponto de partida analítico e, a partir de seis eventos nacionais representativos, comparou os enquadramentos presentes na cobertura do tema pelas mídias chinesa e brasileira. Com base na análise sistemática de 261 textos jornalísticos, a pesquisa não apenas identificou diferenças nos enquadramentos específicos e genéricos, mas também examinou como essas diferenças se articulam com as estruturas dos sistemas midiáticos nos dois países. Organizado em torno de quatro questões de pesquisa, o estudo buscou compreender como a mídia constrói narrativas climáticas sob distintos regimes institucionais, quais fatores explicam essas variações, de que maneira uma questão global é localizada em diferentes contextos nacionais e como a comparação baseada em eventos permite revelar lógicas de funcionamento dos sistemas de mídia.

Os resultados indicam que China e Brasil desenvolvem coberturas institucionalmente distintas. A mídia brasileira apresenta uma maior pluralidade de enquadramentos, combinando crise ecológica, governança de risco e responsabilização. A mídia chinesa demonstra uma estrutura mais orientada pela dimensão institucional e pelo desenvolvimento, enfatizando execução de políticas, capacidade estatal e responsabilidade internacional. Ao mesmo tempo, observam-se convergências: ambas as coberturas articulam a comunicação climática à lógica do desenvolvimento nacional e às expectativas de responsabilidade internacional. A diferença central reside menos na oposição de modelos e mais nos distintos processos de recontextualização de uma mesma questão global.

Partir de uma questão global compartilhada e combiná-la com eventos nacionais mostrou-se uma estratégia eficaz para tornar visíveis os efeitos das estruturas institucionais nos processos comunicacionais. O estudo contribui para compreender as estratégias e os limites institucionais de países emergentes na comunicação climática global. No plano metodológico, propõe-se um modelo comparativo baseado na combinação “questão global/evento nacional”, estruturado em duas dimensões: sistema midiático e dispositivos de contextualização.

Pesquisas futuras podem avançar em três direções principais. Primeiro, ampliar a escala temporal e geográfica, examinando a evolução da comunicação climática em diferentes ciclos políticos e em outros países. Segundo, aplicar o modelo comparado a outras questões globais,

de modo a testar a aplicabilidade da estratégia “questão global/evento nacional” em distintos domínios temáticos. Terceiro, em integrar métodos de pesquisa com foco na audiência, analisando como diferentes estruturas de enquadramento influenciam percepções de risco, atribuição de responsabilidade e apoio a políticas públicas. Tais desdobramentos poderão fortalecer a capacidade explicativa e a abrangência metodológica dos estudos comparados de sistemas midiáticos em contextos globais.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. de. Another ‘Fourth Branch’. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 486–504, 2005.
- ALBUQUERQUE, A. de. On Models and Margins. *In: Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge University Press, 2011. p. 72–95.
- BADULLOVICH, N.; GRANT, W. J.; COLVIN, R. M. Framing climate change for effective communication. **Environmental Research Letters**, v. 15, n. 12, 2020.
- BELING LOOSE, E. Environmental journalism from Brazil. **Frontiers in Communication**, v. 10, 2025.
- BENJAMIN, D.; POR, H.-H.; BUDESCU, D. Climate Change Versus Global Warming. **Environment and Behavior**, v. 49, n. 7, p. 745–770, 2017.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. Platforms, Politics, and the Crisis of Democracy. **Perspectives on Politics**, 2025.
- BENNETT, W. L.; PFETSCH, B. Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 243–253, 2018.
- BOYKOFF, M. T.; GOODMAN, M. K.; CURTIS, I. Cultural Politics of Climate Change. *In: BOYKOFF, M. T. (Org.). The Politics of Climate Change*. Routledge, 2010.
- BULL, B. China and the New Geopolitics of Climate Multilateralism in Latin America. **Iberoamericana**, v. 53, n. 1, p. 44–58, 2024.
- CHEN, S.; ZHAO, Y. Ecological Civilization. **Environmental Communication**, v. 16, n. 2, p. 195–208, 2022.
- DESSLER, A. A brief history of climate “Científico” and politics. *In: Introduction to Modern Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 198–215.
- ENTMAN, R. M.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. Nature, Sources, and Effects of News Framing. *In: The Handbook of Journalism Studies*. Routledge, 2009. p. 195–210.
- EVANGELISTA, S.; GARCIA, M. Narrativas Sobre Mudanças Climáticas no TikTok Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 11, n. 1, 2024.
- GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. The Changing Culture of Affirmative Action. **Research in Political Sociology**, v. 3, p. 137–177, 1987.
- GEALL, S. Climate-Change Journalism and “Edgeball” Politics in Contemporary China. **Society & Natural Resources**, v. 31, n. 5, p. 541–555, 2018.

- GIRARDI, I. M. T. *et al.* Discursos e vozes na cobertura jornalística das COP-15 e 16. **Em Questão**, 2013.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**. New York: Free Press, 1974.
- GUENTHER, L. *et al.* Framing as a Bridging Concept for Climate Change Communication. **Communication Research**, v. 51, n. 4, p. 367–391, 2024.
- GUO, J.; HUANG, X.; FANG, K. Authoritarian Environmentalism as Reflected in the Journalistic Sourcing of Climate Change Reporting in China. **Environmental Communication**, v. 17, n. 5, p. 502–517, 2023.
- HALLIN, D. C.; MANCINI, P. **Comparing Media Systems**. Cambridge University Press, 2004.
- HU, T.; JI, L. Media Presentation of Issues from Climate Change to Biodiversity. **Chinese and Foreign Culture and Literary Theory**, v. 54, p. 448–460, 2023.
- ITUASSU, A.; GUERRERO, M. A. Public Sphere and Political Communication Changes in Latin America. **Journal of Latin American Communication Research**, v. 12, n. 1, p. 4–20, 2024.
- LECHELER, S.; DE VREESE, C. H. **News Framing Effects**. London: Routledge, 2018.
- LEE, P. S. N. The rise of China and its contest for discursive power. **Global Media and China**, v. 1, n. 1–2, p. 102–120, 2016.
- LEISEROWITZ, A. *et al.* **What's In A Name? Global Warming vs. Climate Change**. New Haven: Yale University and George Mason University, 2014.
- LEO, L. *et al.* Rediscutiendo la Comunicación Política Comparada: epistemología, etnocentrismo y el objeto distante. **Revista De Comunicación Política**, 1(1), 95–109, 2019. <https://doi.org/10.29105/rcp1-5>
- LI, D. Climate Change: A look at the scientific communication framework from the perspective of domestic mainstream media. **Public Communication of “Científico” & Technology**, 2025.
- LIMA, G. **Unravelling the Dynamics, Challenges and Transformations in Brazilian Environmental Journalism Amidst Sociopolitical Turbulence**. London School of “Economia” and Political “Científico”, 2023.
- LIU, Y. **A Comparative study on climate change coverage by Chinese and British mainstream media-Take People’s Daily and The Times for examples (2017-2021)**. Chongqing: Chongqing University, 2022.
- LOOSE, E. B.; CARVALHO, A. Public Communication and Perceptions of Climate Change in Brazil. *In: Climate, “Científico” and Society*. London: Routledge, 2023. p. 58–65.
- RAHMAN, M. I. Climate Change: a Theoretical Review. **Interdisciplinary Description of Complex Systems**, v. 11, n. 1, p. 1–13, 2013.
- SANTOS, M.; VALENZUELA, S. Political participation and technology. *In: The Routledge Handbook of Political Communication in Ibero-America*. London: Routledge, 2024. p. 156–166.
- SCHÄFER, M. S.; PAINTER, J. Climate journalism in a changing media ecosystem. **WIREs Climate Change**, v. 12, n. 1, 2021.
- SCHEUFELE, D. A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, p. 103–122, 1999.
- SCHEUFELE, D. A.; IYENGAR, S. The State of Framing Research. *In: The Oxford Handbook of Political Communication*. Oxford University Press, 2014. p. 619–632.

SOUTTER, A. R. B.; MÖTTUS, R. “Global warming” versus “climate change”. **Journal of Environmental Psychology**, v. 69, p. 101413, 2020.

TAVARES, C. Q.; MASSUCHIN, M. G.; ALBUQUERQUE, A. de. Political communication and technologies in Brazil. *In: The Routledge Handbook of Political Communication in Ibero-America*. London: Routledge, 2024. p. 303–314.

VICTOR, D. G. **Global Warming Gridlock**. San Diego: Cambridge University Press, 2011.

VREESE, C. H. News framing. **Information Design Journal**, v. 13, n. 1, p. 51–62, 2005.

ZHAO, Y. Watchdogs on Party Leashes? Contexts and implications of investigative journalism in post-Deng China. **Journalism Studies**, v. 1, n. 4, p. 577–597, 2000.

ZHAO, Y. Understanding China’s Media System in a World Historical Context. *In: Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge University Press, 2011. p. 143–174.

ZHAO, Y.; GUO, Z. Television in China: History, Political Economy, and Ideology. *In: A Companion to Television*. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 521–539.